

O DIREITO DE REVOLUÇÃO E OS ATOS INSTITUCIONAIS

Héber Americano Silva

Professor de Direito Constitucional
da Faculdade de Direito de Baurú

Propomo-nos nesta oportunidade a enfrentar um dos mais controvertidos problemas de direito constitucional do mundo moderno. Devemos fazê-lo apenas como estudiosos do direito constitucional, direito político por excelência abstraindo-nos, tanto quanto possível seja, das naturais paixões e implicações políticas que necessariamente o cercam, eis que sòmente assim conseguiremos atingir alguma conclusão. E o momento brasileiro, que fêz avultar extraordinariamente o interêsse por êste nosso ramo da ciência jurídica, é assazmente favorável à difusão e ventilação do problema. Imprescindível se torna, entretanto, bem conceituar e definir o problema, antes que cogitemos de o resolver.

Assim sendo, devemos primeiramente verificar o que seja revolução, para sòmente depois perquirirmos da existência ou não de um direito de revolução.

Conceito de revolução

O que é revolução?

Êste vocábulo pode e deve ser encarado e consequentemente conceituado dentro de dois prismas ou sentidos: um sentido genérico, lato ou pleno e um sentido específico, estrito ou especial.



Num sentido genérico ou lato o termo revolução não tem outro significado senão o vernacular mesmo, qual seja: “ação ou efeito de revolucionar-se” alguma coisa; sublevação; insurreição; transformação numa estrutura política ou social para fixação de uma nova ordem de coisas; mudança ponderável na Constituição de um Estado ou na opinião pública de um país; desvio no modo de considerar os assuntos relativos a um ramo qualquer do pensamento humano; perfilhamento de idéias novas e destoantes das que existiam num determinado momento, produzindo uma alteração de conceitos, como o artístico, o literário, o musical, o científico. Assim, num sentido genérico tanto é revolução a “guerra civil” russa que pos fim à monarquia czarista e levou o bolchevismo ao governo, ou a revolução francesa de 1789, quanto revolução foi a “questão coimbrã”, por alguns chamada mesmo de “revolução coimbrã”, ou a pintura de Portinari, ou a música dos Beatles, ou as conquistas espaciais iniciadas por Von Braun. Êste o entendimento de Bauer, Le Bon, Prof. Bernard, Proviña, Carl Friedrich, Rosenstock-Huessy, os quais dão ao vocábulo revolução a maior elasticidade possível, classificando-as segundo o fim colimado, sem se aterem a um único sentido.

Num sentido específico ou estrito o conceito de revolução se circunscreve a um campo bem menor de entendimento ou consideração, atendo-se ao círculo ou âmbito da sociologia e da política.

Ainda dentro dêste sentido específico o conceito de revolução pode e deve ser encarado sob dois ângulos: o político e o sociológico, apresentando-nos dessarte dois tipos de revolução, a revolução política e a revolução social, gerando duas concepções específicas de revolução, quais sejam a concepção política e a concepção sociológica, conforme seja o elemento predominante no processo ou no sucesso revolucionário.

Dentro da concepção política a revolução compreende, no dizer de *Vierkandt*, no seu “Zur der Revolution”, “uma súbita e variável transição de uma situação política total a outra, especialmente de uma ordem ou sistema de direito público a outro, em uma instântanea repartição e distribuição do poder”, ou, como diz *Edward Ross*, no seu “Principles of Sociology”, “uma mudança abrupta do centro de dominação”, ou, ainda, como no-lo diz *Lenine*, no seu “El Extremismo, Enfermedad Infantil del Comunismo”, no que é acompanhado por *Trotsky*, no seu “History of Russian Revolution”, “uma luta de minorias, em que a minoria insatisfeita ou frustrada tenta desalojar do poder a minoria governante”.

Temos, portanto, que dentro dessa concepção política a revolução é um movimento, na mor parte das vezes tendo como centro u’a minoria insatisfeita ou frustrada, que vem promover uma simples alteração política no governo do Estado, a parte dos processos normais ou habituais de sucessão. Vemos, pois, que a revolução neste sentido tem sempre por objetivo fundamental a mudança do governo do Estado, sem se importar muito com a estrutura desse Estado. Como exemplos deste tipo de revolução podemos mencionar a de 1831, no Brasil, que culminou com a abdicação de D. Pedro I, a revolução de 29 de outubro de 1945, que pôs fim ao “Estado Novo”, a revolução das Fôrças Armadas da Argentina, que tirou o “peronismo” do poder e muitas outras revoluções de igual sentido e amplitude que se têm verificado no mundo moderno. Tais revoluções têm sempre um cunho e um objetivo acentuadamente político, não querendo isso dizer, entretanto, que não possam ter reflexos sociológicos.

Já, dentro da concepção sociológica o sentido ou conceito de revolução é bem mais profundo, bem mais radical. Para os sociólogos a revolução é sempre um movimento, popular espontâneo ou popular conduzido por

uma minoria, que vem produzir mudança, total ou parcial, na estrutura da sociedade. É uma concepção mais ampla do que a anterior, isto é, a política, eis que vai além dessa. Tal não quer dizer, entretanto, que a concepção sociológica exclua a política, uma vez que pode abarcar essa também e ir mais além para produzir, acima de simples mudança de governo, alteração na ordem social. É exatamente isso que nos diz *Geiger* no seu “Revolution”; para êsse sociólogo alemão a revolução não é mera substituição de uma camada pela outra no poder, conservando-se a mesma escala das camadas, mas sim, para êle, “o processo revolucionário dá-se de tal forma que, dentro dos extratos existentes, se efetua uma diferenciação devido à qual êsses extratos são desintegrados e, em seguida, reintegrados de maneira diferente” (*Geiger* – “Revolution” - 1931 - pág. 512). Vemos, assim, que numa revolução sociológica a sociedade sofre uma transformação profunda em sua estrutura, independentemente das mutações que se possam realizar, parcialmente, no campo político ou governamental, ou outra esfera social qualquer. “Uma revolução social é a remodelação completa das constelações de poder, prestígio e privilégio numa sociedade, quando as ordens superiores são totalmente desalojadas de seu domínio de controle”, segundo o entendimento de *Cecil Headrick* no seu ensaio “Social revolution” (*apud* “Dicionário de Sociologia de Fairchild” - NY - 1944 - pág. 291).

Cumpra observar que para os sociólogos, como *Geiger*, *Headrick*, *Hydmann*, *Sumner*, *Raléa*, *Bernard*, *Sorokin*, *Lenine*, *Trotsky* e outros, a revolução não necessita de ser um movimento acentuadamente popular desde logo, sendo que para alguns dêsses nem mesmo precisa de ser popular, para que seja sociológica; normalmente tôdas as revoluções nascem como um movimento de minorias, as quais, para o sucesso procuram obter o apóio da massa normalmente indiferente ao fenômeno, atrain-

do-a e a interessando (ver *Lenine* e *Trotsky* em “La Revolution Bolcheviste e History of Russian Revolution,” respectivamente); o que importa para o conceito sociológico de revolução não é a forma e nem o meio ou modo porque é feita a revolução, mas sim o objetivo, o seu fim, o seu sucesso: se há alteração ponderável na estrutura do Estado ou da sociedade pouco importa que essa tenha sido feita pela massa ou por uma elite ou minoria. Isto, evidentemente, não significa dizer que, para tais sociólogos, a revolução não possa ter ou mesmo não necessite de ter apêio popular, notadamente para o seu sucesso, tanto assim que *Lenine*, na sua obra, sustenta mesmo a indispensabilidade dêsse apêio para o êxito da revolução, seguindo nesse particular, como não poderia deixar de acontecer, os ensinamentos de Carl Marx, para quem o partido revolucionário nunca deve se aventurar a uma revolução sem que antes conte com o apêio da massa e encontre condições favoráveis para uma vitória rápida e decisiva; o que se quer dizer é que, para os sociólogos, êsse apêio não é elemento caracterizador do conceito de revolução ou elemento indispensável a êsse conceito. Temos aí, portanto, os conceitos possíveis de revolução. Para que possamos chegar à análise do direito de revolução mister se faz antes que, completando êsses conceitos, vejamos também a classificação e as causas das revoluções, a fim de que melhor possamos entender ou compreender o problema do direito.

CLASSIFICAÇÃO DE REVOLUÇÕES

Como todo fato ou ato as revoluções podem ser classificadas sob vários prismas ou ângulos. Para o nosso objetivo, entretanto, que é o de discutir o direito de revolução, bastante se torna classificá-las segundo os prismas ou ângulos seguintes: quanto ao seu alcance, quanto à

sua repercussão, quanto à sua natureza e quanto ao seu meio de consecução ou forma.

Quanto ao seu alcance as revoluções podem ser de duas espécies: totais, quando atingem substancialmente a estrutura social, e parciais, quando promovem apenas modificações parciais nessa estrutura; quanto à sua repercussão ou ressonância as revoluções estão classificadas em duas categorias: nacionais, que são aquelas cujos efeitos e consequências não vão além dos limites territoriais do Estado, como é o caso das revoluções brasileiras de 1889, 1930 e 1964, e revoluções internacionais, que são aquelas cujos efeitos e consequências se fazem sentir além dos limites territoriais do Estado, sendo certo que nesta categoria devem ser incluídas também aquelas revoluções que, muito acima dos simples efeitos, têm objetivos internacionais, como é o caso da revolução marxista ou comunista que existe mesmo em escala internacional ou mundial, tanto assim que o seu hino se nomeia precisamente “A Internacional”, contrariamente à revolução francesa que teve repercussão internacional mas não objetivo internacional; quanto à sua natureza as revoluções estão classificadas exatamente nas duas categorias ou espécies já vistas, isto é: revoluções políticas, quando se resumem na simples substituição das minorias no governo, e revoluções sociais, quando vão além dessa substituição e promovem alterações estruturais na sociedade; e quanto ao meio ou forma de consecução as revoluções igualmente estão classificadas em duas categorias: revoluções violentas, quando se realizam por meio da força, e revoluções não violentas, quando, se realizam sem o emprego da força (convém deixar claro que não se pode confundir a expressão “violenta” com “sangrenta”, eis que o simples recurso à força já caracteriza uma revolução como violenta, embora não chegue ela a sangrenta; como exemplo podemos mencionar a revolução de 31 de março de 1964, a qual foi violenta, eis que os revolucio-

nários recorreram à força das armas, somente não chegando a sangrenta mercê do bom senso das nossas Forças Armadas).

CAUSAS DAS REVOLUÇÕES

A não ser num campo meramente teórico, não podemos determinar as causas das revoluções senão pelo método ou processo indutivo. Com efeito, fora do campo teórico, não podemos determinar “a priori” as causas das revoluções, mesmo porque não podemos saber se essas eclodirão ou não. Somente por meio de uma verificação histórica, perquirindo-se em cada revolução as causas que a determinaram e se estabelecendo um quadro analítico dessas causas, com uma correspondente escala hierárquica de habitualidade e importância, podemos estabelecer as causas possíveis das revoluções. E então vamos verificar que as mais variadas causas têm sido fator determinante de movimentos revolucionários, desde causas insignificantes, pueris mesmo, como a quizila pessoal ou o incidente não esclarecido (malentendido), até as causas importantes, como o desajuste sócio-econômico e a tirania, passando por problemas de natureza moral, religiosa, política e outros semelhantes. Observa-se, contudo, que muito rara e dificilmente apenas uma causa conduz a uma revolução; há sempre uma concorrência de causas, algumas mais preponderantes e outras menos preponderantes, algumas mais remotas e outras mais atuais ou presentes, a movimentar o processo revolucionário. Desse conjunto de causas ou dessa variedade de causas podemos, entretanto, mercê de sua constância e ponderabilidade, destacar as mais importantes.

Se fizermos um estudo empírico das revoluções e de suas causas iremos verificar que essas variaram muito de lugar para lugar, de tempo para tempo, de Estado

para Estado. Verificaremos, contudo, que, nas chamadas grandes revoluções, duas causas avultam sempre: a causa política e a causa sócio-econômica.

Assim é que vamos encontrar na obra de *Sorokin* e *Timasheff* denominada "Fluctuation of Internal Disturbances in the History of Greece, Rome and Europe", como resultado da análise de mais de um milhar e meio de revoluções, a afirmação ou constatação de que uma das principais causas das revoluções é a desintegração sócio-cultural da sociedade combinada com a impossibilidade da satisfação das necessidades vitais da maioria dessa sociedade. Aliás é do mesmo *Sorokin* (Pitirim Sorokin), sociólogo russo, a afirmação de que "a causa imediata da revolução é sempre o crescimento da repressão dos instintos principais da maioria da sociedade, e a impossibilidade de obter para êsses instintos o mínimo necessário de satisfação" ("Sociology of Revolution" - ed. 1925 - pág. 367) . Fazendo éco a essa tese de *Sorokin* vamos encontrar, com pequenas discrepâncias, as afirmações de *L. L. Bernard*, na sua obra "Social Control in its Sociological Aspects", para quem as causas principais das revoluções são de natureza econômica, resultantes da má distribuição das riquezas, da desigualdade de privilégios, do desuniforme e desigual controle dos recursos econômicos e do conflito de classes economicamente desiguais, ou as de *Vilfredo Pareto*, para quem as revoluções se resumem numa luta de u'a minoria privada dos privilégios contra a minoria causadora dessa privação, a fim de obter tais privilégios, quer igualando-se à minoria dominante, quer a substituindo, socorrendo-se sempre essa minoria não privilegiada da massa insatisfeita, miserável ou carente economicamente, ou ainda as lições de *Aristóteles*, para quem toda revolução é uma luta pela posse das riquezas, com os pobres objetivando tomar para si as riquezas dos ricos.

É do sociólogo argentino *Proviña*, no seu livro “Sociologia de la Revolución”, a afirmação de que toda revolução é uma expressão de desarmonia entre as instituições e os valores fundamentais de uma sociedade.

A causa política estaria sempre ligada à causa sócio-econômica, mesmo porque os problemas da economia implicam quase sempre num problema de política, como nos dizem *Carl Marx*, *Lenine* e *Trotsky*, para quem, em última análise, a revolução é uma reação da miséria contra a opulência, aquela e esta resultantes de uma política errada e desumana. Invariavelmente, não se pode separar a economia da política e vice-versa, eis que não apenas os seus efeitos se encontram, mas também os seus próprios conceitos. Isto, exata e precisamente, vamos encontrar nas conclusões de *Santo Tomás de Aquino* (“Some Théologique e De Regimine Principum”) ou de *Lautenbach*, filósofo alemão do século XI (obra: “Ad Gebhardum Liber”), para quem as revoluções são sempre movimentos do povo contra a opressão ou tirania, que se manifesta sob a forma de domínio econômico, com privação dos recursos necessários à satisfação dos instintos ou necessidades.

Há, contudo, em toda revolução, ou pelo menos em quase todas, uma concorrência de causas, algumas mediatas e outras imediatas, algumas mais importantes e outras menos importantes; na maior parte das vezes as causas sócio-econômicas ou sócio-culturais e todas as causas fundamentais ou mais importantes do fenômeno revolucionário são causas mediatas, enquanto que a causa política é sempre mais imediata, sem que isso queira dizer que não possa haver causa política mediata, pois que há; o que queremos dizer é que a causa imediata de uma revolução é quase sempre de natureza política, enquanto que as mediatas são normalmente de natureza sócio-econômica ou sócio-cultural, sedimentadas pelo

tempo a outras causas. Veja-se, por exemplo, a revolução de 1930, no Brasil, ou a “Guerra de Secessão” no EE. UU.; aquela teve como causa mediata a sedimentação dos problemas sociais e econômicos e como causa imediata o problema político da sucessão presidencial, enquanto que esta teve como causas mediatas o problema moral da escravidão negra e do racismo e como causa imediata a proclamação política do fim da escravatura, obviamente com os seus reflexos de natureza econômica.

Eis porque assim se expressa o professor *Luiz Pinto Ferreira* na sua obra “Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno”, edição de 1962, volume 2.º, à pág. 400: “As causas das revoluções devem ser rebuscadas, pois, não nas preconcepções aéreas das ideologias, mas no substrato econômico-cultural da sociedade, na desintegração do próprio grupo social, nos choques dialéticos das camadas e classes espoliadas ou exploradas contra as classes sociais dominantes, com o objetivo máximo de trazer simetrização social mais perfeita, na satisfação do mínimo de segurança exigido pelo povo”. Ao que acrescentamos: na fixação de um princípio e na conquista de um direito ou preservação desse. E a esta altura estamos já em condições de enfrentar o

DIREITO DE REVOLUÇÃO

Existe um direito de revolução?

Para respondermos a tal pergunta somos forçados a voltar à clássica divisão do direito em subjetivo e objetivo.

Frente ao direito subjetivo vamos encontrar a resposta no próprio direito natural, substancialmente defendido, dentre outros, pelo notável filósofo, e jurista francês *Duguit*.

Dizem as sagradas escrituras que Deus fez o homem à sua imagem e semelhança. Consequentemente o fez livre e senhor dos seus próprios destinos. Por isso lhe deu livre arbítrio.

Pois bem; o homem, nascido assim absolutamente livre, sentiu, num determinado momento, a necessidade de se agregar e posteriormente a indispensabilidade de fixar normas de convivência nesse agregado, então nomeado sociedade. Assim, no interesse da manutenção daquela liberdade que Deus lhe deu, o homem viu-se compelido a autolimitar essa liberdade. Criou, em consequência, o princípio da responsabilidade social e a sua extensão chamada autoridade. Vemos, pois, que o princípio e a figura da autoridade nasceu como corresponsável da responsabilidade social, no interesse da preservação das liberdades. Portanto a autoridade está condicionada à própria liberdade; não pode ir além dos limites que lhe impõe o sentido de responsabilidade, isto é, a autoridade existe para exigir do homem a sua responsabilidade e com isso garantir a liberdade. Daí a trilogia: liberdade-responsabilidade-autoridade.

Óra; se o homem é assim livre e responsável outra missão não incumbe à autoridade senão a de manter o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade. E toda a vez em que a autoridade for além dêsse limite torna-se perfeitamente lícito ao homem, ou mais precisamente ao grupo, reagir contra o excesso, a fim de manter ou restaurar o "statu quo ante". Alguns filósofos e estudiosos do problema, como *Lautenbach* e *Jean de Salesbury*, notadamente este último, admitem inclusive a eliminação da autoridade coatora, consagrando assim o tiranicídio. Concorde com esse direito subjetivo de revolução ("facultas agendi"), com esse direito natural do homem reagir contra os abusos da autoridade, chegando até mesmo à insurreição sangrenta, estão as lições de *Harold Laski*,

Santo Tomás de Aquino, *Barthèlemy-Duez* e todos os teóricos da revolução francesa e os defensores do direito natural.

Há, portanto, um direito natural do homem em se insurgir contra a opressão, *Tomás de Aquino* na sua obra "De Regimine Principum" estabelece aquilo que resolveu chamar de condições éticas de legitimidade das revoluções, a saber: 1 - a existência de um excesso de tirania; 2 - existência de um líder designado pelo povo; e 3 - concorrência de qualidade morais e espirituais do próprio povo, o qual se deve tornar digno da liberdade pelo amor à virtude ("apud" *Pinto Ferreira*, "Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno" vol. 2.º - pág. 420).

E frente ao direito objetivo ou positivo existe um direito de revolução?

Para respondermos a essa pergunta temos de considerar dois aspectos: a) a existência de uma norma legal, notadamente de natureza constitucional, asseguradora desse direito; e b) a existência de uma norma implícita de permissibilidade. Em tal posição podemos reformular aquela pergunta desdobrando-a: 1.ª existe um direito de revolução expresso? e 2.ª existe um direito de revolução implícito?

E para ambas as perguntas damos resposta positiva.

Com efeito, se formos à famosa "Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão" da Revolução Francesa, datada de 26 de agosto de 1789, ali iremos encontrar, no seu artigo 2.º, a seguinte disposição: "O escôpo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão". Temos aí, portanto, uma disposição normativa de cunho institucional que assegura, expressamente, o direito de resistência à opressão, ou seja, o direito de oposição ou direito de revolução.

Tal norma foi mantida e mesmo melhorada na Constituição Francesa de 1793, na sua parte da “declaração dos direitos”, cujo artigo 35 assim dispôs: “Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e para cada porção do povo o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”.

Podemos verificar por essa norma constitucional francesa que ela não apenas consagrou o direito de insurreição ou revolução, como ainda foi mais além e erigiu êsse direito à categoria de obrigação social e constitucional.

Normas mais ou menos semelhantes, embora algo abrandadas, foram repetidas nas constituições posteriores, notadamente na de 1852 e no decreto senatorial de 1870. Depois disso as constituições e as leis francesas omitiram-se relativamente ao direito de revolução. Tanto, contudo, não quer dizer que tenham passado a negá-lo, eis que o mantiveram implicitamente na sua sistemática constitucional, notadamente no princípio da liberdade e no da legalidade do exercício da autoridade.

Consagração normativa expressa do direito de revolução nas constituições contemporâneas sòmente as vamos encontrar nos Estados comunistas ou para comunistas, muito embora em alguns não tenhamos uma afirmação ostensiva dêsse direito ou categórica, mas apenas algo velada, sem que contudo deixe de ser expressa para ser implícita. É o caso, por exemplo, da Constituição russa de 1923 a qual diz, textualmente, no seu art. 43: “Para afirmar a legalidade revolucionária no território da União, se estabelece um Tribunal Supremo adstrito ao Comitê Central Executivo da União das U.R.S.S.”. Consta-se que, muito embora aí não esteja categòricamente expresso “fica assegurado um direito de revolução”, a norma constitucional diz expressamente haver uma “legalidade revolucionária”, o que não deixa de ser uma

consagração normativa expressa ao direito da revolução. Apenas o que não está expresso aí, mas se subentende nas entrelinhas, é que "legalidade revolucionária" para êsse Tribunal e o Comitê que o tutela será somente a da revolução bolchevista. Tanto assim que *Jelistratov*, moderno constitucionalista russo, observa que "a legalidade revolucionária expressa uma abrangedora flexibilidade das normas ou uma livre apreciação dos interesses proletários, numa plena liberdade dinamitadora do fetichismo legal" ("apud" *Pinto Ferreira* na obra citada).

De um modo geral os Estados comunistas e para-comunistas consagram o direito de revolução, muito embora seja da "sua" revolução, eis que o movimento comunista e a sua doutrina marxista-leninista não se podem divorciar da própria revolução.

E no Brasil, temos um direito positivo de revolução?

Também o temos. Embora não encontremos nenhuma norma constitucional expressa a respeito, não podemos ignorar que implicitamente êsse direito existe. A nossa Constituição de 1946 consagra, expressamente, como institutos fundamentais do Estado brasileiro, a forma federativa de Estado, a forma republicana de governo, o regime democrático e a soberania popular, e como institutos fundamentais do homem e da sociedade, dentre outros, o direito à vida, o direito à liberdade e o direito, à segurança. E para preservar tais institutos cria a autoridade do Estado e do governo, dentro do regime representativo, expressamente consagrado no seu artigo 1.º. Pois bem; em tais condições o Estado e o governo existem para manter êsses institutos, no interesse do homem e do grupo social; os atos do governo, dentro do regime representativo, têm de ser a expressão da vontade popular, ditada e expressa na lei. Assim sendo, toda a vez em que a autoridade fugir dessa obrigação constitucional de respeito à lei e consequentemente à vontade popular, ou toda a vez em que essa autoridade, por atos

inequívocos, colocar em risco as instituições, e os meios constitucionais previstos para a responsabilização da autoridade não puderem ser utilizados ou não conseguirem restaurar a legalidade, torna-se lícito ao povo, com o direito que implicitamente emana da Constituição, tomar em suas mãos essa responsabilização, inclusive com o recurso à violência. Efetivamente, se a Constituição consagra direitos como os à vida, à liberdade e à autodeterminação (soberania popular), tem de admitir implicitamente, como o admite, caso falhem ou sejam obstados os recursos normais de defesa e garantia desses direitos, diante da ilegalidade governamental, o recurso extremo à reação, inclusive com violência. É a transplantação pura e simples, para o campo do Direito Constitucional, do princípio da legítima defesa consagrado pelo Direito Penal.

Numa síntese final do problema no mundo moderno, em face das correntes de opinião, podemos estabelecer o seguinte quadro:

a) Escola liberal (burguesa): foi, praticamente, a escola que pela vez primeira consagrou normativamente o direito de revolução, conforme vimos nas “declarações de direitos” da revolução francesa em 1789 e 1793; vitoriosa a revolução, entretanto, essa burguesia foi, paulatinamente, talvez como auto-defesa, prescindindo do direito positivo de revolução até passar ao campo da negativa. Assim é que vamos encontrar hoje a escola liberal ou o liberalismo negando qualquer direito positivo de revolução. Nesta posição encontramos os EE. UU., a Venezuela, a Inglaterra e outros Estados liberais-democráticos.

b) Escola marxista (comunismo e doutrinas semelhantes): consagram normativamente, inclusive nas suas Constituições, o direito da revolução proletária, notadamente violenta, para substituir no poder a aristocracia ou a burguesia (entenda-se agora porque a burguesia

mudou de concepção ou ponto de vista diante do problema).

c) Escola social-democrática: esta escola coloca o problema diante de três hipóteses e para cada uma oferece uma concepção:

- 1.^a - resistência passiva, sem violência: entende a escola ser sempre legítima essa resistência, qualquer que seja o ato da autoridade;
- 2.^a - resistência defensiva, com violência, a ato legal ou regular da autoridade: entende a escola que nesta hipótese a resistência é sempre ilegítima, devendo ser punida mesmo como crime ou delito de revolução;
- 3.^a - resistência defensiva a atos ilegais ou inconstitucionais da autoridade: a escola admite plenamente tal resistência, ainda mesmo quando haja recurso à violência; apenas se biparte quanto ao momento e forma dessa resistência em dois entendimentos:

a) para a chamada “corrente autoritária” para a qual o princípio da autoridade deve prevalecer, o cidadão e consequentemente o povo deve primeiro acatar o ato ou decisão da autoridade, para somente depois, então, reclamar ou se insurgir contra ele recorrendo à justiça;

b) para a chamada “corrente liberal ou livre” a ilegalidade do ato, por si só, justifica a resistência desde logo, inclusive afirmando a legalidade da violência para certos casos.

Convém considerar que das três correntes acima a única que coloca o direito de revolução como um problema acentuadamente jurídico é a marxista, eis que as outras duas escolas, com pequenas variações, preferem co-

locá-lo como um problema tanto social quanto político. Em tais condições, quando a escola liberalista nega hoje o direito de revolução, essa negativa deve ser entendida dentro do campo eminentemente jurídico, eis que no campo sociológico e político não chegam a tanto; contudo, condicionam tal direito a uma aplicação extrema, quase que em desespero de causa; é, em síntese, o que vem consagrando na proclamação dos patriarcas norte americanos, quando assim diz: “quando uma longa série de abusos e usurpações convergentes têm o propósito evidente de reduzir o povo ao jugo de um despotismo absoluto, cumpre a êsse povo derrubar semelhante govêrno e promover, mediante novas garantias, a sua segurança para o futuro”.

Nós, de nossa parte, admitimos um direito de revolução, inclusive como norma de direito positivo, como defesa legítima do povo contra a irresponsabilidade da autoridade; cumpre-nos, entretanto, alertar que as revoluções, não dificilmente, agravam os males que visou ilidir, eis que, não raramente, os idealistas, dentro desse ideal e da boa-fé correspectiva, são engolfados pelos oportunistas, os aventureiros, os sem ideal, os sem escrúpulos, que aderem às revoluções a fim de satisfazerem os seus interesses e apetites pessoais. Dessarte, somos pelo recurso à revolução apenas “in extremis”, quando a pacificidade puder ser confundida com a concordância, aprovação ou mesmo convivência com a ilegalidade; cumpre-nos, então, como homens de bem, fieis a princípios, à moral e à lei, reagir e de armas nas mãos, se preciso tanto, lutar pelo império do direito, da descência, da justiça.

(No próximo número: “A revolução brasileira de 1964 e os Atos Institucionais”).